

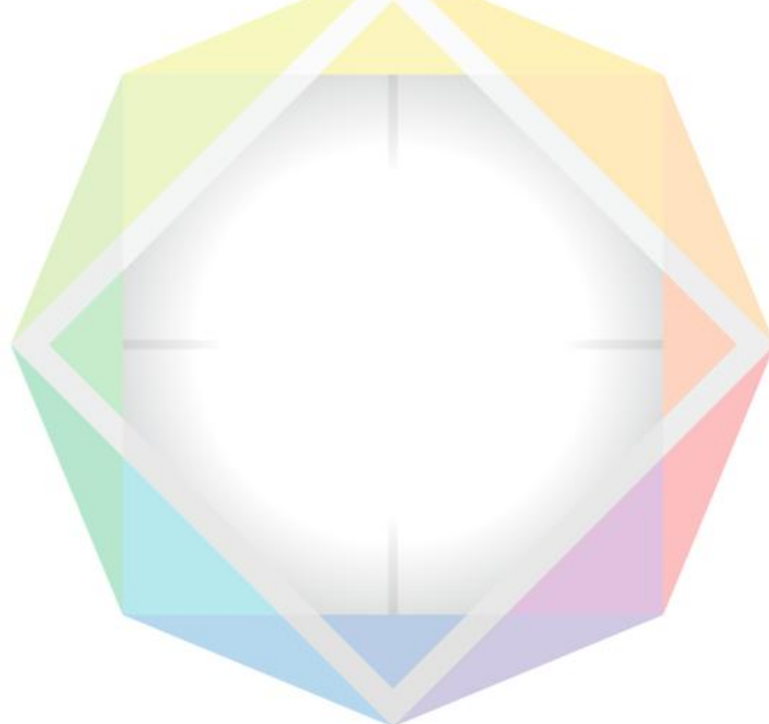


anespo

associação nacional
de escolas profissionais

Razões de Abandono e Desistência dos Alunos das Escolas Profissionais

30 de Setembro de 2011



I - INTRODUÇÃO

O problema das desistências e do abandono escolar é um problema maior do nosso país, particularmente quando pretendemos estabelecer paralelismos com a situação da maioria dos nossos parceiros da União Europeia e da OCDE.

De par com o abandono escolar precoce, antes mesmo da conclusão da escolaridade obrigatória de 9 anos, situação que tem evoluído de forma favorável reduzindo o fosso que nos separa substantivamente de outros, merece particular preocupação o abandono verificado no ensino secundário, com particular incidência no 10º ano, num momento em que se adaptam os mecanismos para por em prática a escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade.

Este é o ponto de partida deste trabalho a que a ANESPO meteu mãos.

Preocupa-nos o problema do abandono escolar enquanto factor de coesão social, situação que tende a agravar-se nas actuais circunstâncias de crise e de agravamento do desemprego e da redução de fontes de rendimento de muitas famílias.

A ANESPO e as escolas profissionais são particularmente sensíveis a este problema tanto mais que, no quadro do sistema educativo, são as únicas entidades que vêem ou podem ver os apoios financeiros reduzidos em virtude da desistência de alunos, mesmo quando tudo fizeram para os manter no processo de aprendizagem.

É hoje consensual a importância e o papel determinante das escolas profissionais no desenvolvimento e consolidação de uma nova via para a formação de quadros intermédios no sistema educativo português.

Tirando partido dos recursos disponibilizados a Portugal no âmbito da política estrutural da União Europeia, o financiamento do funcionamento das escolas profissionais assentou fundamentalmente em programas operacionais integrados nos sucessivos quadros comunitários de apoio (QCA I, QCA II e QCA III) e no actual instrumento global que assumiu a designação de QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional. Esta situação só seria alterada a partir de 2003, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como, a partir de 2010 no Algarve, quando o funcionamento das escolas profissionais passou a ser assegurado só por recursos nacionais.

Com efeito, a partir do ano lectivo de 2003/2004 as escolas profissionais **da Região de Lisboa e Vale do Tejo** deixaram de beneficiar daquele financiamento comunitário e, em “regime experimental”, o apoio aos alunos das EP a frequentarem o 1º ano do ciclo de formação 2003/2006, passou a ser concedido pelo Estado português através dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho.

Tal apoio consistia numa **bolsa de frequência por aluno**, sendo a sua atribuição sujeita a concurso, com dois momentos de seriação e cotação de candidatos.

A organização do concurso, os critérios e a forma de atribuição das bolsas, a elegibilidade dos candidatos, enfim, toda a orgânica e funcionamento, foram definidos por despacho conjunto dos ministérios da tutela (Despacho 1013 de 2003 de 6 de Novembro).

O financiamento a atribuir a cada escola da Região de Lisboa e Vale do Tejo passou assim a ter como base o número de alunos/bolsas em cada escola.

Esta mudança gerou polémica por parte de várias escolas, que contestaram não apenas os critérios de atribuição das bolsas como também os critérios para o seu financiamento, nomeadamente o de, em caso de desistência do aluno, ser cortada a bolsa respectiva, ao mesmo tempo que a escola mantinha praticamente os mesmos custos.

O modelo de financiamento, aplicado às escolas profissionais da RLVT desde 2003/2004, agravou a precária situação das escolas uma vez que o valor das bolsas atribuído pela Direcção Geral de Formação Vocacional se mostrou claramente insuficiente para o normal funcionamento destas instituições. O Ministério da Educação acabou por reconhecer tal facto, ao aprovar, através da Portaria nº 246/2005, de 9 de Março, novas regras de financiamento para estas escolas a partir do ano lectivo 2005/2006.

Embora mantendo e reforçando tal determinação, os critérios e a forma do funcionamento vieram a ser definidos por uma nova Portaria, a 49/2007 de 8 de Janeiro que refere (também) que a principal razão que terá motivado o seu surgimento terá sido a concentração na DRELVT do conjunto de competências previstas para a condução do processo de atribuição de financiamento público às entidades proprietárias das escolas profissionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo as competências que estavam sob a alçada da Direcção Geral de

Formação Vocacional, sendo assim revista a dupla intervenção institucional que até então vigorava.

Quanto ao modo do financiamento propriamente dito, ficou estabelecido que a partir do ciclo de formação 2005/2008 seria atribuído um subsídio por turma, por curso, apurado para o curso profissional a financiar para cada ciclo de formação, mais “as alterações socioeconómicas entretanto ocorridas com impacto significativo ao nível da oferta formativa correspondente...”

O diploma estabelecia ainda que o valor unitário seria aplicado a um número médio de 23 alunos, para determinação do valor global do subsídio a atribuir por curso, por turma. O valor desse subsídio seria “objecto de redução casuística no ano lectivo do ciclo de formação correspondente, sempre que as listas nominais a enviar anualmente pelas escolas profissionais à DREL...” revelassem um número de alunos matriculados inferior em, pelo menos, 25% do número médio de alunos que atrás se refere.

Isto significou, na prática, a manutenção dos mesmos critérios de financiamento baseado quase em exclusivo no número de alunos/turma, independentemente da manutenção dos custos e das razões objectivas para a descida do número de alunos.

Restava agora saber se os critérios e os montantes do financiamento adoptado para LVT – embora mais avultados do que no modelo anterior - iriam respeitar os valores reais dos custos dos cursos e se não colocariam em causa, como na modalidade “bolsa de formação”, o desenvolvimento dos projectos educativos das escolas e mesmo o seu funcionamento.

Feito o balanço desta experiência, através da Portaria **1009-A de 1 de Outubro de 2010** foram introduzidos ajustamentos na forma de financiamento dos cursos das escolas profissionais, ao mesmo tempo que estende à Região do Algarve os pagamentos provenientes exclusivamente de fundos nacionais.

De acordo com a referida portaria, afigurava-se “oportuno, em resultado da experiência adquirida, proceder a ajustamentos nas regras e actualização dos valores dos subsídios às entidades proprietárias das escolas profissionais, bem como à actualização dos critérios de alteração do valor do subsídio em função da diminuição do número de alunos mínimo estabelecido”. Em concreto, a redução do financiamento acontece sempre que se verifique que

o número de alunos nas turmas apoiadas seja inferior a 18 alunos. A redução ao valor anual do subsídio por turma por curso corresponde ao quantitativo de 4,35% por cada aluno abaixo dos limites estabelecidos.

Igual critério viria a ser adoptado, a partir do ano lectivo 2010/2011, nos cursos profissionais financiados no âmbito do POPH nas restantes regiões do Continente, como resultado das alterações introduzidas no Regulamento comunitário do Fundo Social Europeu, na revisão de 2009, que abriu a possibilidade de financiamento integral das acções com base em escalas de custos unitários.

Com as devidas adaptações e ajustamentos pontuais, a partir do ano lectivo 2011/2012, este modelo de financiamento, com as referidas consequências quanto à redução por via do abandono e desistência de alunos, foi alargado a todo o país com a sua adopção pelas regiões autónomas.

II - ABANDONO E DESISTÊNCIAS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O estudo que a seguir se apresenta foi realizado ao universo das Escolas Profissionais associadas na Anespo – 143 – e teve como objecto os alunos que no ano lectivo de 2010/2011 se matricularam no 10º ano.

Pretende-se com o estudo fazer a quantificação das desistências segundo vários indicadores, bem como apurar as principais razões que estiveram na origem dessas mesmas desistências.

Os inquéritos foram feitos através de um formulário escrito enviado às escolas, que foi respondido entre a última semana de Julho e o final da primeira semana de Setembro.

Responderam 126 escolas (88%) e um total de 190 centros formativos (pólos). Os inquéritos incidiram sobre 578 turmas, com um número inicial de alunos de 12 487. Verificaram-se 2007 desistências, ou seja, uma taxa de **desistência nacional de 16,1%**.

Tendo como padrão a média nacional de 16,1%, destacam-se as taxas muito elevadas de desistências nas regiões do Alentejo e Algarve, Madeira e Açores.

REGIÃO	TAXA
NORTE	14,0%
CENTRO	13,9%
LISBOA E VALE DO TEJO	15,7%
ALENTEJO E ALGARVE	20,5%
MADEIRA	24,5%
AÇORES	27,3%

Taxa de desistência por região

Já as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro apresentam taxas de abandono inferiores à média nacional, ficando-se a região centro pelos 13,9%.

Na região Norte 31 escolas/pólos têm taxas de desistência acima da média regional e 30 abaixo dessa média; na região centro são respectivamente, 14 e 15 escolas/pólos; na região de Lisboa e Vale do Tejo o número de Escolas com taxas superiores à média regional é de 16 e inferiores 28; nas regiões do Alentejo e do Algarve são, respectivamente, 6 e 9; finalmente, na Madeira, 7 apresentam taxas superiores à média das regiões autónomas e 10 menores, enquanto nos Açores são respectivamente 8 e 9.

No quadro seguinte apresentam-se os cursos que têm uma taxa de abandono superior à taxa média nacional (16,1%). De toda a oferta formativa disponível nas escolas profissionais, são 35 os cursos que se apresentam nesta situação.

CURSO

TAXA DE DESISTÊNCIA DO CURSO

Técnico Modelista de Vestuário	35,0%
Técnico de Banca e Seguros	33,9%
Técnico de Vendas	33,6%
Técnico de Electrónica, Automação e Computadores	32,9%
Técnico de Construção Civil/Topografia	31,4%
Técnico de Produção Agrária	29,3%
Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	29,3%
Técnico de Electrónica e Telecomunicações	27,9%
Técnico de Design de Interiores/Exteriores	27,8%
Técnico de Cenografia, Figurinos e Adereços	27,8%
Técnico de Transportes	27,3%
Técnico de Análise Laboratorial	24,7%
Técnico de Gestão do Ambiente	24,5%
Técnico de Vídeo	23,4%
Técnico de Frio e Climatização	23,1%
Técnico de Gás	21,1%
Técnico de Manutenção Industrial	21,1%
Técnico de Manutenção Industrial/Electromecânica	20,8%
Técnico de Interpretação	20,4%
Técnico de Contabilidade	20,0%
Técnico de Recuperação do Património Edificado	19,7%
Técnico de Artes Gráficas	19,7%
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	19,4%
Técnico de Práticas Técnico-Comerciais	18,9%
Técnico de Vitrinismo	18,6%
Técnico de Restauração-Restaurante/Bar	18,4%
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	18,4%
Técnico de Produção em Metalomecânica	18,2%
Técnico de Recepção	18,2%
Técnico de Electrónica, Automação e Comando	18,0%
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	17,8%
Técnico de Design/Interiores	17,8%
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	17,6%
Técnico de Construção Civil	17,3%
Técnico de Serviços Jurídicos	16,4%
Técnico de Secretariado	16,1%

Como se pode verificar existem cursos com taxas muito elevadas de desistências, chegando a alcançar o dobro da taxa média nacional.

É importante reter que alguns destes cursos, embora com uma taxa elevada de desistência representam um número muito reduzido de formandos (p. e. o curso Técnico de Cenografia, Figurinos e Adereços com 5 desistências e uma taxa de 27,8%), existem outros, igualmente com taxas de desistência elevadas, que abrangem números significativos de alunos (p.e. o Curso Técnico de Banca e Seguros com 61 desistências e uma taxa de 33,9%).

Sendo relevante, esta informação tem de ser analisada com as devidas cautelas, uma vez que dentro do mesmo curso há situações de turmas em que o abandono se situa em níveis inferiores à média.

III - ANÁLISE DAS RAZÕES DE DESISTÊNCIA

Apresenta-se em baixo o quadro com as 14 questões colocadas às escolas para possibilidade de resposta sobre as razões de desistência dos formandos do 10º ano em 2010/2011. Foram as seguintes as taxas de respostas encontradas:

Razão	Taxa da razão
1 - Reprovação por faltas	12,3%
2 - O curso não era o que esperava	10,1%
3 - Não se sentia integrado na Escola	2,2%
4 - O ensino mostrou-se demasiado difícil	3,9%
5 - Mudança de residência	3,6%
6 - Não se adaptou ao sistema de avaliação	1,0%
7 - Motivos de saúde	4,0%
8 - Estar farto de andar a estudar	3,4%
9 - Precisar de ir trabalhar	18,4%
10 - Emigração	3,6%
11 - Mudança de escola/curso	15,7%
12 - Gravidez	1,1%
13 - Outro motivo	12,9%
14 - NS/NR	6,5%
Total	100%

Desistências por razão

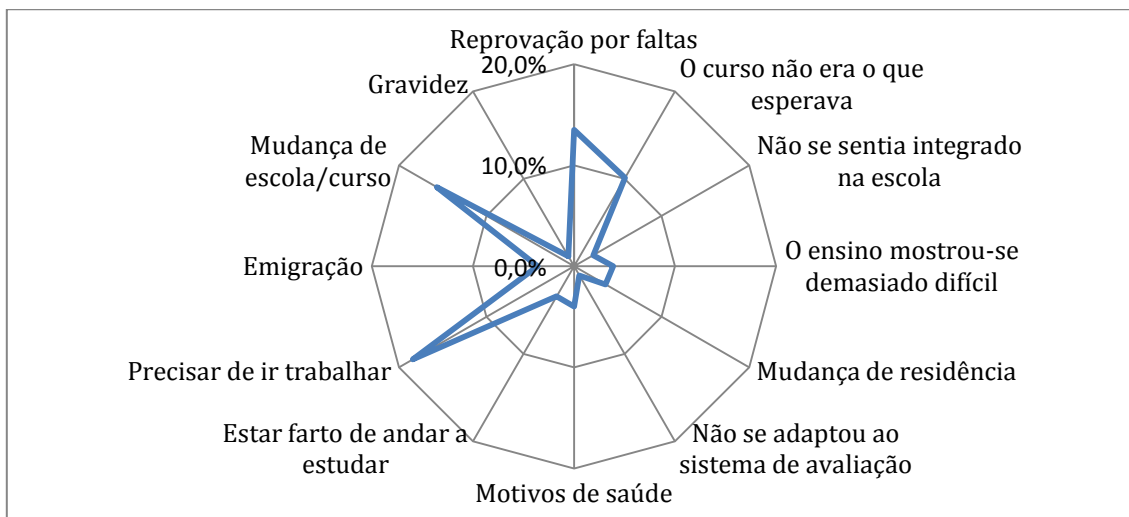


Gráfico da distribuição desistências por razão conhecida

Como se pode constatar pelos dados apresentados a principal razão para as desistências é a necessidade de ir trabalhar (18,4%), situação expectável dadas as dificuldades que atravessam um número cada vez maior de famílias portuguesas.

Se a esse número acrescentarmos o dos jovens que abandonam os estudos por motivo de emigração (3,6%), perfaz-se assim um total de 22% de jovens que abandonam o sistema de ensino por **razões de ordem económica**.

A razão referida em segundo lugar como mais significativa é a da mudança de escola/cursos, com 15,7% das respostas. Este resultado pode não ser entendido, na sua totalidade, como uma percentagem de alunos que desistem de estudar, mas que optaram por outras vias de prosseguimento de estudos ou de formação. Com efeito, a prática, num grande número de escolas profissionais, é a de realizarem um trabalho no sentido de contribuírem para o reencaminhamento desses jovens para esses outros percursos e formações.

Relativamente à terceira percentagem mais elevada, com 12,9% das respostas – “outros motivos”, foi solicitado às escolas que indicassem as razões desses motivos.

Na análise das respostas constatou-se que o motivo mais forte (cerca de 1/3 das respostas) tem a ver com situações de formandos que deixaram de comparecer às aulas sem que a escola tivesse conseguido apurar a razão.

O segundo problema que foi mais vezes referido relaciona-se com a situação de jovens que embora inscritos no início do ano lectivo, nunca chegaram a comparecer às aulas.

Com um número de frequências idêntico, aparecem de seguida as situações de “dificuldades financeiras” e “problemas familiares/razões pessoais”.

São também referenciadas com, respectivamente, 16 e 10 ocorrências situações de cumprimento do serviço militar e “insucesso escolar/falta de aproveitamento”.

De seguida e para maior facilidade de análise pareceu-nos ser vantajoso agrupar por “tipologia de questões” as razões que tratavam o *mesmo tipo de problemática*. Por não serem agrupáveis, devido à sua especificidade, foram analisadas separadamente as questões “Reprovação por faltas” e “Precisar de ir trabalhar”.

Tipologia das razões	Grupos das razões
Insatisfação Vocacional	O Curso não era o que esperava Mudança de escola/curso
Insatisfação Motivacional	Não se sentia integrado na escola O ensino mostrou-se demasiado difícil Não se adaptou ao sistema de avaliação Estar farto de andar a estudar
Razões circunstanciais	Mudança de residência Motivos de saúde Emigração Gravidez

Tipologia das razões de desistência

Como se pode verificar, no universo das *desistências conhecidas* é a **insatisfação vocacional** aquela que obtém a maior percentagem (32%), seguida da **necessidade de ir trabalhar** (22,9%) e da **reprovação por faltas** (16,7%).

A **insatisfação motivacional** tem 13,1% de respostas e as **razões circunstanciais** 15,3%.

Realça-se a elevada percentagem obtida pela insatisfação vocacional, que pode indiciar um deficiente trabalho de apoio e aconselhamento a este nível.

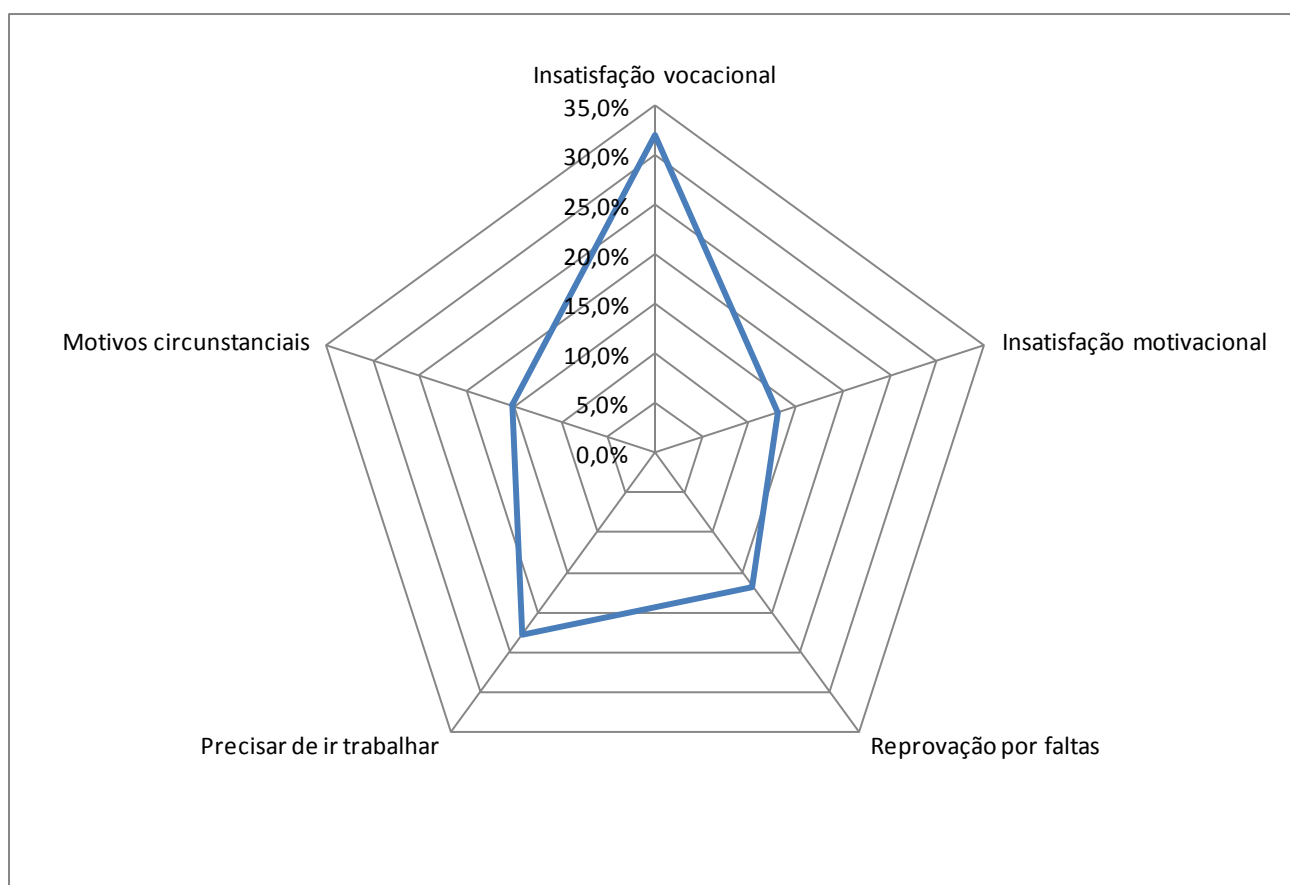


Gráfico de distribuição das razões por tipologia

Como foi já referido é elevada a taxa de jovens que abandonam os estudos, pela necessidade de encontrarem uma ocupação que lhes permita receber um vencimento, contribuindo dessa forma para situações de desemprego desqualificado, com baixos salários e vínculos contratuais precários.

Quanto à taxa de reprovações por faltas, atinge um valor (16,7%) que inspira alguma preocupação, nomeadamente se tivermos em conta o tipo de público com que as escolas trabalham.

Como veremos à frente, estes valores são particularmente expressivos em determinadas regiões do país.

Apresentamos agora, nos quadros seguintes, as taxas de desistências por tipologias de razões e por cursos, nas situações em que essa tipologia é 1,5 mais expressiva do que a média nacional. Cingimo-nos às tipologias insatisfação vocacional, insatisfação motivacional e reprovação por faltas na medida em que são as podem evidenciar de forma mais expressiva uma relação causal. Assim:

“INSATISFAÇÃO VOCACIONAL”

Curso
Técnico de Gestão-Planeamento e Produção
Técnico de Programação e Maquinação
Técnico de Energias Renováveis/Eólica e Solar
Técnico de Cenografia, Figurinos e Adereços
Técnico de Óptica Ocular
Técnico de Vitrinismo
Técnico de Produção em Metalomecânica
Técnico de Animação 2D e 3D
Técnico de Electrónica, Audio, Vídeo e TV
Técnico de Interpretação e Animação Circenses
Técnico de Video
Técnico de Electrónica, Automação e Comando
Técnico de Termalismo
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Construção Naval
Técnico de Artes do Espectáculo - Interpretação

“INSATISFAÇÃO MOTIVACIONAL”

Curso
Técnico de Sistemas de Informação Geográfica
Técnico de Electrónica e Telecomunicações
Técnico de Electrónica, Automação e Computadores
Técnico de Recepção
Técnico de Análise Laboratorial
Técnico de Design de Moda
Técnico de Produção Agrária
Técnico de Audiovisuais
Técnico de Animação 2D e 3D
Técnico de Frio e Climatização
Técnico de Vendas
Técnico de Gás
Técnico de Infomática de Gestão
Técnico de Manutenção Industrial/Electromecânica
Técnico de Contabilidade

“REPROVAÇÃO POR FALTAS”

Técnico de Viticultura e Enologia
Técnico de Energias Renováveis/Solares
Técnico de Manutenção Industrial-Mecatrónica
Técnico de Gestão do Ambiente
Técnico de Construção Civil/Desenho
Técnico de Construção Civil/Topografia
Técnico de Construção Naval
Técnico de Operações Turísticas e Hoteleiras
Técnico de Mecatrónica
Técnico de Serviços Jurídicos
Técnico de Transportes
Técnico de Design/Interiores
Técnico de Turismo Ambiental e Rural
Técnico de Electrónica, Audio, Vídeo e TV
Técnico de Audiovisuais
Técnico de Artes Gráficas

Técnico Assistente de Arqueólogo
Técnico de Electrónica, Automação e Instrumentação
Técnico de Gestão Cinegética
Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático
Técnico de Instalações Eléctricas
Técnico de Marketing
Técnico de Recursos Florestais e Ambientais
Técnico de Restauração-Restaurante/Bar
Técnico de Banca e Seguros
Técnico de Interpretação

Como seria de esperar há cursos que são comuns a diferentes tipologias. Pensamos que o conhecimento das características de cada curso, das suas especificidades e do seu grau de complexidade técnica ou científica permitirá compreender com maior rigor alguns resultados, nomeadamente em alguns dos factores analisados.

Para termos uma leitura mais completa da situação, apresenta-se de seguida o quadro das **razões por tipologia** por região.

	Insatisfação vocacional	Insatisfação motivacional	Reprovação por faltas	Precisar de ir trabalhar	Motivos circunstanciais
Região Norte	26,2%	10,4%	15,3%	29,9%	18,2%
Região Centro	39,2%	13,8%	11,6%	22,8%	12,5%
Região Lisboa e Vale do Tejo	39,4%	12,3%	12,9%	17,9%	17,5%
Região Alentejo e Algarve	28,5%	13,1%	13,1%	37,2%	8,0%
Madeira	23,4%	8,5%	46,8%	19,1%	2,1%
Açores	24,3%	21,4%	30,5%	10,0%	13,8%
TOTAL	32,0%	13,1%	16,7%	22,9%	15,3%

Da leitura do quadro realçam-se as muito expressivas percentagens de desistências motivadas por **insatisfação vocacional** nas regiões do Centro (39,2%) e de Lisboa e Vale do Tejo (39,4%), da elevada percentagem de **insatisfação motivacional** na Região Autónoma da Madeira (21%), da muito elevada taxa de **reprovação por faltas** nessa mesma região (46,8%), seguida de 30,5% na Região Autónoma dos Açores, e, finalmente, nas regiões Norte, Alentejo e Algarve, as elevadas percentagens de abandono escolar pelo motivo precisar **de ir trabalhar**, respectivamente 29,9% e 37,2%.

IV – CONCLUSÕES

A análise dos resultados deste trabalho permite-nos apresentar algumas conclusões de síntese, bem como identificar situações-problema que vale a pena aprofundar.

A primeira conclusão deste trabalho é o facto da percentagem mais significativa das razões do abandono ser uma **razão socioeconómica**: precisar de ir trabalhar.

Esta conclusão aponta para a necessidade de se repensarem os apoios aos formandos, nomeadamente para garantir que continuem na escola os alunos que se encontram em situações sociais e económicas mais débeis.

Um segundo aspecto a realçar é o da **necessidade de melhoria dos serviços da orientação vocacional**, já que é significativa a percentagem de alunos que abandona a escola por o - “curso não ser aquilo que esperava” e por querer - “mudar para outra escola/curso”. Se, neste caso, se pode considerar que no geral não ocorreram desistências mas antes novas opções de percurso escolar, no caso anterior, do curso não ser o que esperava, estamos perante uma expressiva situação de abandono, o que provavelmente seria minorado se tivesse existido uma escolha acompanhada do (per) curso a seguir.

Esta constatação chama a atenção para a necessidade de serviços de orientação dotados de recursos adequados e independentes em relação aos interesses dos vários actores no terreno que tentam atrair os jovens.

A terceira constatação é que vale a pena, nomeadamente ao nível da cada escola e em trabalhos futuros, aprofundar o indicador “reprovação por faltas”, já que ele poderá representar, em alguns casos, uma forma de ultrapassar administrativamente situações complexas de insucesso ou desmotivação.

No mesmo sentido valerá a pena reflectir sobre se não haverá a tendência, por parte de algumas escolas, em aplicar o “Estatuto do Aluno” de forma demasiado linear, quando de facto é uma realidade que este não tem em conta as características e especificidades do modelo de funcionamento organizativo, curricular e pedagógico das escolas profissionais e do ensino profissional em geral.